



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

TÍTULO I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DO MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA	3
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	3
CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES.....	3
CAPÍTULO III - DOS PRINCÍPIOS	4
TÍTULO II - DA UNIDADE GESTORA DO RPPS	4
CAPÍTULO I - DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5
CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	6
Seção I - Do Conselho de Administração	6
Seção II - Do Conselho Fiscal	8
Seção III - Da Diretoria Executiva	9
Subseção I - Das atribuições de competência do Diretor Presidente	9
Subseção II - Das atribuições de competência do Diretor Administrativo-Financeiro.....	10
Subseção III - Das atribuições de competência do Diretor de Previdência.....	11
Seção IV - Do Comitê de Investimento.....	12
CAPÍTULO III - DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.....	12
TÍTULO III - DA COBERTURA	13
CAPÍTULO I - DOS BENEFICIÁRIOS.....	13
CAPÍTULO II - DOS SEGURADOS	13
CAPÍTULO III - REGRAS ESPECÍFICAS DE FILIAÇÃO.....	13
CAPÍTULO IV - DOS DEPENDENTES.....	15
CAPÍTULO V - DAS INSCRIÇÕES.....	16
CAPÍTULO VI - DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO	16
CAPÍTULO VII - DA PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTE	17
TÍTULO IV - DO CUSTEIO	18
CAPÍTULO I - DO CARÁTER CONTRIBUTIVO.....	18
CAPÍTULO II - DO FINANCIAMENTO	18
CAPÍTULO III - DAS FONTES DE RECEITA	19
Seção I - Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Entes Patronais.....	20
Seção II - Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Servidores Ativos.....	21
Seção III - Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Servidores Inativos e pelos Pensionistas.....	21
Seção IV - Da Responsabilidade pela Arrecadação das Contribuições Devidas ao RPPS	21
Seção V - Dos Limites de Contribuição.....	22
Seção VI - Da Remuneração de Contribuição.....	22
Seção VII - Da Contribuição dos Servidores Cedidos, Afastados e Licenciados	23
CAPÍTULO IV - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	24



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

CAPÍTULO V - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	24
TÍTULO V - DO PLANO DE BENEFÍCIOS	24
CAPÍTULO I - DOS BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE.....	24
Seção I - Da Aposentadoria por Invalidez	25
Seção II - Da Aposentadoria Compulsória	27
Seção III - Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição	28
Seção IV - Da Aposentadoria Voluntária por Idade.....	28
Seção V - Da Aposentadoria Especial do Professor	28
Seção IX - Da Pensão por Morte	29
Seção XI - Do Abono Natalino	30
CAPÍTULO II - DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	31
CAPÍTULO III - DO ABONO DE PERMANÊNCIA	33
CAPÍTULO IV - DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS	34
CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE BENEFÍCIOS	36



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

LEI Nº 1.152, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

“Dispõe sobre o Regime Próprio de previdência Social RPPS do Município de Orindiúva”

Darlei Queiroz de Oliveira, Prefeito Municipal de Orindiúva, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes, aprovam e Ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DO MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos ocupantes de cargo em provimento efetivo do Município de Orindiúva.

Parágrafo único. A reestruturação de que trata esta Lei ocorrerá em conformidade com os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela legislação previdenciária aplicável à organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de que trata esta Lei tem por finalidade propiciar a cobertura dos riscos sociais a que se encontram sujeitos os seus segurados e dependentes, mediante o pagamento de benefícios que visam:



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

I – garantir meios de subsistência nas hipóteses de invalidez, idade avançada, e morte;

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de que trata esta Lei obedecerá aos seguintes princípios:

- I – filiação compulsória;
- II – contributividade e solidariedade;
- III – equilíbrio financeiro IV – representatividade;
- V – publicidade;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – vinculação na utilização dos recursos previdenciários;
- VIII – separação dos recursos previdenciários e da contabilidade em relação ao ente Federativo;
- IX – segurança, rentabilidade e prudência na aplicação dos recursos previdenciários;
- X – cobertura restrita aos seus segurados e dependentes;
- XI – subsidiariedade;
- XII – sujeição aos órgãos de fiscalização e controle;
- XIII – responsabilidade pela gestão do RPPS.

Art. 4º. A vinculação a que se refere o inciso VII do artigo anterior envolve as seguintes vedações:

- I – utilização de recursos do RPPS para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie;
- II – realização de empréstimos de qualquer natureza que envolva a utilização de recursos previdenciários pertencentes ao RPPS, seja à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e suas respectivas entidades da Administração Pública Indireta.

TÍTULO II

DA UNIDADE GESTORA DO RPPS



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

CAPÍTULO I

DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 5º. Fica reestruturado o Fundo Municipal de Seguridade Social dos servidores públicos ocupantes de cargo em provimento efetivo do Município de Orindiúva, denominado ORINDIPREV, Unidade Gestora Única do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, vinculado ao Poder Executivo, cujos fundamentos encontram-se presentes nos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como da legislação previdenciária aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

§ 1º O Fundo Municipal de Seguridade Social de que trata o caput deste artigo será composto por patrimônio próprio e individualizado e contará com receitas próprias e atribuições de competência específicas estabelecidas nesta Lei.

§ 2º O ORINDIPREV terá como sede o Município de Orindiúva e sua duração será por prazo indeterminado.

Art. 6º. Compete ao ORINDIPREV:

I – a administração, gerenciamento e a operacionalização do RPPS do Município de Orindiúva, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previstos nesta Lei.

II – garantir a participação de representantes dos segurados ativos e inativos nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objetos de discussão e deliberação, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar a sua administração;

III – garantir pleno acesso aos segurados, às informações relativas à gestão do RPPS seja mediante atendimento a requerimento, seja pela disponibilização, inclusive por meio eletrônico, dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários, bem como dos demais dados pertinentes ao regime.

Art. 7º. Para o desempenho de suas atividades, o ORINDIPREV contará com estrutura administrativa própria e internamente hierarquizada.

Parágrafo Único. Na condição de Fundo Municipal de Seguridade Social, o ORINDIPREV se sujeitará à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo, respondendo seus gestores pelo descumprimento das normas estabelecidas nesta Lei, bem como da legislação federal aplicada à organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

Art. 8º. O patrimônio e as receitas do ORINDIPREV possuirão afetação específica, ficando sua utilização estritamente vinculada ao pagamento dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Art. 9º A estrutura de governança do ORINDIPREV será composta pelos seguintes órgãos:

- I** – Conselho de Administração;
- II** – Conselho Fiscal;
- III** – Diretoria Executiva.
- IV** – Comitê de Investimento

§ 1º Em conformidade com os critérios estabelecidos nesta Lei, os membros do Conselho de Administração serão escolhidos de forma a conferir representatividade aos servidores ativos, aos inativos e aos entes patronais.

§ 3º Cabem aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, zelarem pelo sigilo dos dados pessoais relativos aos segurados e pensionistas do ORINDIPREV, sob pena de responsabilidade.

Seção I

Do Conselho de Administração

Art. 10. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior do ORINDIPREV e será composto por 05(cinco) membros e seus respectivos suplentes, sendo:

- I** – 02 (dois) representantes dos servidores públicos ativos, ocupantes de cargo em provimento efetivo, estáveis, eleitos pelo voto direto e secreto entre seus pares;
- II** – 01 (um) representante dos servidores públicos inativo, vinculado ao RPPS, de livre nomeação pelo Prefeito Municipal.
- III** – 01 (um) representante da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município, de livre nomeação pelo Prefeito Municipal.
- IV** – 01 (um) representante do Poder Legislativo do Município, de livre nomeação pela mesa da Câmara Municipal.

§ 1º Os membros eleitos e os indicados do Conselho de Administração terão mandato de 04 (quatro) anos, permitida, respectivamente, uma única reeleição e uma única recondução por igual período.

§ 2º Os membros suplentes serão eleitos ou indicados, aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

§ 3º O Conselho de Administração do ORINDIPREV terá o seu Presidente, seu Vice-Presidente e seu Secretário Geral escolhido através do voto direto e secreto entre seus Conselheiros.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Art. 11. Caberá ao Conselho de Administração decidir sobre:

- I – Deliberar sobre o Regimento Interno e Estrutura Funcional do **ORINDIPREV**;
- II – Deliberar sobre a política de investimentos do **ORINDIPREV**;
- III – Deliberar sobre as diretrizes gerais de atuação do **ORINDIPREV**;
- IV – Deliberar sobre o plano de custeio do RPPS;
- V – Deliberar sobre a proposta orçamentária anual, bem como suas respectivas alterações, elaborada pela Diretoria Executiva do **ORINDIPREV**;
- VI – Deliberar sobre o Relatório Anual da Diretoria Executiva;
- VII – Deliberar sobre a contratação das instituições financeiras privadas ou públicas que se encarregarão da administração das carteiras de investimentos do **ORINDIPREV**, por proposta da Diretoria Executiva;
- VIII-Deliberar sobre a contratação de consultoria externa técnica especializada para desenvolvimento de serviços técnicos especializados necessários ao **ORINDIPREV**, por indicação da Diretoria Executiva;
- IX –Acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do **ORINDIPREV**;
- X – Examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;
- XI – Autorizar a alienação de bens imóveis e o gravame daqueles já integrantes do patrimônio do **ORINDIPREV**;
- XII – Deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;
- XIII -Deliberar sobre a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo **ORINDIPREV**;
- XIV -Adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do **ORINDIPREV**;
- XV -Acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;
- XVI-Funcionar como órgão de aconselhamento à Diretoria Executiva do **ORINDIPREV**, nas questões por ela suscitadas;
- XVII- Apreciar em grau de recurso, decisões do Presidente, com relação à concessão, indeferimento ou cancelamento de aposentadoria e pensão;

Art. 12. São órgãos do Conselho de Administração:

- I – a Mesa Diretora;
- II – o Plenário.

§ 1º A Mesa Diretora será composta pela Presidência, pela Vice-Presidência e pela Secretaria Geral.

§ 2º O Plenário será composto pelos membros eleitos e indicados.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuvva.sp.gov.br

Art. 13. As normas de funcionamento dos órgãos do Conselho de Administração serão fixadas por regimento Interno.

Seção II

Do Conselho Fiscal

Art. 14. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controle interno e será composto por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes, sendo:

I – 02 (dois) representantes dos servidores públicos ativos do Município, ocupantes de cargo em provimento efetivo, estáveis, eleitos pelo voto direto e secreto entre seus pares;

II – 01 (um) representante da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município, de livre nomeação por parte do Prefeito Municipal;

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal terão mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 2º Os membros suplentes serão eleitos ou indicados, aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

Art. 15. São atribuições de competência do Conselho Fiscal:

I - acompanhar a organização dos serviços técnicos e a admissão do pessoal;

II - acompanhar a execução orçamentária do **ORINDIPREV** conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III - examinar as prestações efetivadas pelo **ORINDIPREV** aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV - proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos;

V - indicar, para contratação, através de procedimento licitatório, perito de sua escolha para exame de livros e documentos;

VI - encaminhar ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com o seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Diretoria Executiva, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;

VII - requisitar à Diretoria Executiva e ao Presidente do Conselho de Administração as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas e exigir as providências de regularização;



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

VIII - propor ao Diretor-Presidente da Diretoria Executiva do **ORINDIPREV** as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;

IX - acompanhar o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal e notificar e interceder junto ao Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao Sistema Municipal, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos, denunciando e exigindo as providências de regularização, e adotando as providências de retenção dos impostos e taxas junto aos órgãos competentes para regularização das contribuições em atraso;

X - proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção ou denunciar irregularidades constatadas e exigir as regularizações;

XI - examinar e dar parecer prévio nos Contratos, Acordos e Convênios a serem celebrados pelo **ORINDIPREV**, por solicitação da Diretoria Executiva;

XII - pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do **ORINDIPREV**;

XIII - acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração dos recursos;

XIV - rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração.

Parágrafo único - Assiste a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do **ORINDIPREV**.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 16. A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades do ORINDIPREV.

Art. 17. A Diretoria Executiva será composta pela:

- I – Presidência;
- II – Diretoria Administrativo-Financeira;
- III – Diretoria de Previdência.

Parágrafo único – Os membros da Diretoria Executiva serão indicados pelo Prefeito Municipal através de portaria a ser expedida.

Subseção I

Das atribuições de competência do Diretor Presidente

Art. 18. Compete ao Diretor Presidente do ORINDIPREV:



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuvva.sp.gov.br

- I** – elaborar o relatório anual de atividades a ser encaminhado ao Prefeito Municipal;
- II** – elaborar a prestação de contas anual a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo após análise pelo Conselho Fiscal e aprovação pelo Conselho de Administração;
- IV** – representá-la publicamente, judicial e extrajudicialmente;
- V** – expedir atos normativos visando o funcionamento interno do ORINDIPREV;
- VI** – fornecer os documentos que lhe sejam requisitados pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal;
- VII** – prestar as informações solicitadas pelos órgãos de controle interno e externo;
- IX** – enviar as avaliações atuariais anuais ao Ministério da Previdência Social, após regular aprovação por parte do Conselho de Administração;
- X** – dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às orientações ou correções sugeridas pelo Conselho Fiscal;
- XII** – motivar os atos administrativos relacionados à Presidência que envolva a utilização de recursos previdenciários oriundos da taxa de administração;
- XIV** – praticar os seguintes atos administrativos, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro:
 - a)** elaboração da política anual de investimentos dos recursos previdenciários do ORINDIPREV;
 - b)** elaboração dos anteprojetos relativos ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e à Lei Orçamentária Anual – LOA, a serem encaminhados ao Conselho Fiscal;
 - c)** subscrição de cheques e demais documentos relativos à movimentação dos recursos previdenciários do ORINDIPREV;
 - d)** lavratura dos contratos administrativos, convênios, ajustes e demais instrumentos similares;
 - f)** cobrança na hipótese de atraso nos pagamentos ou nos repasses das contribuições previdenciárias devidas ao ORINDIPREV;
 - g)** dar ciência ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração na ocorrência da hipótese prevista na alínea anterior.

Subseção II

Das atribuições de competência do Diretor Administrativo-Financeiro

Art. 19. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I** – proceder à arrecadação das contribuições previdenciárias devidas pelos entes patronais, pelos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- II** – motivar os atos administrativos relacionados à sua Diretoria que envolva a utilização de recursos previdenciários oriundos da taxa de administração;
- III** – proceder ao empenho e a liquidação das despesas;
- IV** – manter os serviços de protocolo, expediente e arquivo;



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

- V** – realizar as atividades referentes à gestão da estrutura e de pessoal do ORINDIPREV;
- VI** – proceder à inscrição da dívida ativa e tomar as medidas administrativas necessárias à sua cobrança;
- IX** – elaborar a ordem cronológica dos pagamentos;
- X** – elaborar a ordem cronológica de pagamento de precatórios;
- XI** – manter o controle cronológico das licitações e das dispensas de licitação, bem como dos respectivos contratos e de seus aditamentos, observada a legislação aplicável à espécie;
- XII** – manter o controle do patrimônio mobiliário e imobiliário, individualizando-o e discriminando-o por espécie;
- XIV** – substituir o Presidente e o Diretor de Previdência ou substituir a ambos, na hipótese de ausências.
- XV** – motivar os atos administrativos relacionados à sua Diretoria que envolva a utilização de recursos previdenciários oriundos da taxa de administração;
- XVI** – praticar os seguintes atos administrativos, em conjunto com o Presidente:
 - a)** elaboração da política anual de investimentos dos recursos previdenciários do ORINDIPREV;
 - b)** elaboração dos anteprojetos relativos ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e à Lei Orçamentária Anual – LOA, a serem encaminhados ao Conselho Fiscal;
 - c)** subscrição de cheques e demais documentos relativos à movimentação dos recursos previdenciários do ORINDIPREV;
 - d)** lavratura dos contratos administrativos, convênios, ajustes e demais instrumentos similares;
 - e)** cobrança na hipótese de atraso nos pagamentos ou nos repasses das contribuições previdenciárias devidas ao ORINDIPREV;
 - f)** dar ciência ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração na ocorrência da hipótese prevista na alínea anterior;

Subseção III

Das atribuições de competência do Diretor de Previdência

Art. 20. Compete ao Diretor de Previdência:

- I** – executar a atividade de elaboração e processamento das folhas de pagamento relativas aos benefícios previdenciários e dos servidores públicos estatutários do ORINDIPREV;
- II** – realizar o atendimento aos segurados e dependentes do ORINDIPREV;
- III** – instruir os processos de concessão, atualização e cancelamento de benefícios previdenciários;
- IV** – zelar pela guarda e manutenção das informações e dos processos de concessão de benefícios previdenciários;
- V** – acompanhar a legislação federal relativa aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, propondo ao Presidente as atualizações que se fizerem necessárias;
- VI** – executar o procedimento administrativo de compensação previdenciária;
- VII** – manter e atualizar o cadastro dos segurados e dependentes;
- VIII** – supervisionar a atividade de perícia médica;



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

- IX** – executar a atividade de acompanhamento dos benefícios previdenciários;
- X** – desenvolver o Programa de Pré-Aposentadoria;
- XI** – substituir o Presidente e o Diretor Administrativo/Financeiro ou substituir a ambos, na hipótese de ausências;
- XII** – motivar os atos administrativos relacionados à sua Diretoria que envolva a utilização de recursos previdenciários oriundos da taxa de administração;
- XIII** – disponibilizar ao segurado e, na sua falta, a seus dependentes, as informações constantes de seu registro individualizado;

Art. 21. O relatório mensal de atividades a que se refere o inciso I do artigo anterior deverá conter as seguintes informações:

- I** – número de benefícios concedidos e cancelados, discriminados por espécie;
- II** – número de perícias médicas realizadas e seus desdobramentos;
- III** – posição da compensação previdenciária;
- IV** – necessidade de atualização da legislação previdenciária;
- V** – detalhamento da atividade de acompanhamento dos benefícios previdenciários concedidos;
- VI** – número de segurados atendidos;

Seção IV

Do Comitê de Investimento

Art. 21. A composição e as atribuições do Comitê de Investimento serão estabelecidas mediante Decreto emitido pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Art. 22. As reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão realizadas:

- I** – ordinariamente, uma vez por mês;
- II** – extraordinariamente, mediante convocação prévia a ser efetivada pelos respectivos Presidentes e desde que fundamentada a necessidade de sua realização.

§ 1º As reuniões serão realizadas, preferencialmente, durante o horário de expediente da Administração Pública Municipal, devendo o período de sua duração ser considerado como parte da jornada semanal de trabalho do respectivo membro para efeitos de sua frequência.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Art. 23. As demais normas de funcionamento das reuniões serão sistematizadas em Regimento Interno.

TÍTULO III

DA COBERTURA

CAPÍTULO I

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 24. São filiados do RPPS de que trata esta Lei, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes.

CAPÍTULO II - DOS SEGURADOS

Art. 25. Consideram-se segurados:

- I** – os servidores públicos titulares de cargo em provimento efetivo vinculado à Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional do Município;
- II** – os servidores públicos inativos que tenham sido ocupantes de cargos em provimento efetivo e mantido os mesmos vínculos previstos com os entes descritos no inciso anterior;
- III** – os servidores públicos efetivos ocupantes de cargo em provimento efetivo no Município que se encontre em exercício de mandato eletivo ou sindical, hipótese em que serão obedecidos os critérios, as remunerações e os requisitos vinculados à sua condição de servidor.

Art. 26. Ficam excluídos da incidência das normas desta Lei, os servidores, ainda que aposentados:

- I** – ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado por Lei de livre nomeação e exoneração;
- II** – ocupantes de empregos públicos, submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- III** – contratados temporariamente em virtude da ocorrência de excepcional interesse público;
- IV** – em exercício de mandato eletivo.

CAPÍTULO III

REGRAS ESPECÍFICAS DE FILIAÇÃO

Art. 27. O segurado ativo, que for nomeado para exercer cargo em comissão, declarado em Lei de livre



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

nomeação e exoneração, contribuirá exclusivamente sobre o valor da remuneração de contribuição do cargo em provimento efetivo.

Art. 28. Até 15 de dezembro de 1998, data anterior a da publicação da Emenda Constitucional nº20, o servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, de cargo temporário, de emprego público ou mandato eletivo poderia estar vinculado a RPPS que assegurasse, no mínimo, aposentadoria e pensão por morte, nos termos definidos em Lei do ente federativo.

Art. 29. O servidor estável abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o admitido até 05 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, são filiados ao RPPS, desde que expressamente regidos pelo estatuto dos servidores do Município.

Art. 30. O segurado inativo que retornar à Administração Municipal para exercer cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração para ocupar função de caráter temporário ou emprego público, deverá contribuir, em relação a esta nomeação, para o RGPS.

Art. 31. O segurado inativo que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao RGPS.

Art. 32. O servidor público titular de cargo efetivo do Município, filiado ao RPPS, permanecerá vinculado ao regime previdenciário de origem nas seguintes situações:

I – quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de outro ente federativo;

III – quando licenciado por interesse particular;

IV – durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo;

V – durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

§ 1º O recolhimento das contribuições relativas aos servidores cedidos e licenciados observará ao disposto neste capítulo.

§ 2º O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria mediante o recolhimento das contribuições sociais fixados, tanto a cargo do segurado quanto do Município, efetuado direta e mensalmente pelo interessado em favor do RPPS.

§ 3º O segurado, exercente de mandato de Vereador, que ocupe, concomitantemente, o cargo efetivo e o mandato filia-se ao RPPS, pelo cargo efetivo, e ao RGPS pelo mandato eletivo.



CAPÍTULO IV

DOS DEPENDENTES

Art. 33. São beneficiários do RPPS, na condição de dependentes de primeiro grau do segurado:

I – o cônjuge;

II – o companheiro ou a companheira, desde que comprovada à união estável;

Parágrafo único - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado(a), como entidade familiar, com convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com o objetivo de constituição de família, nos termos da legislação civil.

III – o ex-cônjuge, separado judicialmente ou divorciado, ou ex-companheiro ou ex-companheira do segurado, desde que percebendo pensão alimentícia;

IV – os filhos quando:

a) menores de 21 (vinte e um) anos;

b) independente da idade, forem inválidos para o exercício de atividade profissional, desde que devidamente comprovada a invalidez por perícia médica a cargo do ORINDIPREV ou outro órgão credenciado;

Parágrafo único. A dependência econômica dos beneficiários indicados neste artigo é presumida.

Art. 34. São beneficiários do RPPS, na condição de dependentes de segundo grau do segurado:

I – os pais;

II – os menores, assim definidos na Lei civil, sob tutela do segurado;

III – os irmãos inválidos;

§ 1º A dependência econômica dos beneficiários indicados neste artigo deverá ser comprovada, constituindo requisito para a atribuição da qualidade de dependente e o gozo de benefícios, mediante critérios a serem estabelecidos em regulamento.

§ 2º A apresentação de documentos exigidos para a comprovação de dependência econômica não exclui a prerrogativa da Administração Pública para a realização de diligências visando à investigação da veracidade das informações apresentadas.

Art. 35. A existência de dependente de primeiro grau exclui o direito de inscrição dos dependentes de segundo grau.

Art. 36. Equiparam-se aos filhos, o enteado ou o menor de idade que esteja sob a tutela do segurado, mediante a comprovação de dependência econômica e desde que não possuam bens suficientes para o



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuvva.sp.gov.br

próprio sustento ou educação.

§ 1º Sem prejuízo da comprovação de dependência econômica de que trata o *caput*, a equiparação do menor de idade tutelado ocorrerá mediante a apresentação do Termo de Tutela.

§ 2º Em relação ao menor sob tutela, além da comprovação de dependência exigida no *caput*, é necessária a comprovação de residência comum com o segurado e a comprovação de que os pais biológicos não possuem renda suficiente para sua manutenção.

CAPÍTULO V- DAS INSCRIÇÕES

Art. 37. A inscrição do segurado ao RPPS decorre da investidura do servidor público em cargo de provimento efetivo e do início do exercício das funções a ele inerentes.

Parágrafo único. O segurado investido em cargos de provimento efetivo, passíveis de acumulação, será, obrigatoriamente, inscrito em relação a cada um deles.

Art. 38. Caberá ao segurado a inscrição e atualização dos dados e informações relativas aos seus dependentes.

Parágrafo único. A ocorrência de fatos supervenientes que importem em inclusão ou exclusão de dependentes dos segurados ativos e inativos deve ser comunicada, de imediato, ao ORINDIPREV, mediante requerimento escrito devidamente instruído com os documentos comprobatórios.

Art. 39. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha sido providenciada a inscrição de dependente, caberá a este promovê-la, por si ou por representante, para recebimento de parcelas futuras, desde que satisfeitas às exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. É vedado ao segurado casado realizar a inscrição de convivente ou de companheira.

Art. 41. Os dependentes excluídos desta qualidade em virtude de Lei terão suas inscrições canceladas.

CAPÍTULO VI

DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

Art. 42. A perda da qualidade de segurado ocorrerá por:

- I – morte;
- II – exoneração ou demissão;
- III – cassação de aposentadoria.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

§ 1º A perda da condição de segurado prevista nos incisos II e III do *caput* deste artigo, implica no cancelamento da inscrição de seus dependentes.

§ 2º A perda da condição de segurado não ensejará a devolução das contribuições recolhidas ao RPPS, assegurada à contagem de tempo de contribuição.

CAPÍTULO VII

DA PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTE

Art. 43. A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I – para o cônjuge:

- a)** pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;
- b)** pela anulação judicial do casamento;
- c)** pelo óbito;
- d)** por decisão judicial transitada em julgado;

II – para o companheiro ou companheira:

- a)** por requerimento do segurado;
- b)** pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

II – para o filho:

- a)** ao atingir a maioridade, nos termos da legislação previdenciária, 21 (vinte e um) anos, salvo se inválido;
- b)** pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

III – para os dependentes e beneficiários, em geral:

- a)** pela cessação da invalidez;
- b)** pela cessação da tutela;
- c)** pela cessação da dependência econômica e financeira ou mediante requerimento do segurado;
- d)** pelo seu falecimento;
- e)** por decisão judicial transitada em julgado;
- f)** na hipótese de terem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso ou de sua tentativa, contra o segurado, ou, se o caso, contra seu cônjuge, companheiro ou companheira, filhos ou convivente na forma definida nesta Lei;



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuvva.sp.gov.br

TÍTULO IV

DO CUSTEIO

CAPÍTULO I

DO CARÁTER CONTRIBUTIVO

Art. 44. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de que trata esta Lei terá caráter contributivo e solidário, e deverão ser observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º Entende-se por observância do caráter contributivo:

- I** – a previsão expressa nesta Lei, das alíquotas dos entes patronais e dos segurados ativos, dos segurados inativos e dos pensionistas;
- II** – o repasse mensal e integral dos valores das contribuições devidas pelos entes patronais ao ORINDIPREV, relativos aos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- III** – a retenção e o repasse mensal e integral dos valores das contribuições devidas pelos segurados ativos ao ORINDIPREV;
- IV** – a retenção, pelo ORINDIPREV, dos valores devidos pelos segurados inativos e dos pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações cujo pagamento esteja sob sua responsabilidade; e
- V** – pagamento ao ORINDIPREV, de valores relativos a débitos que venham a ocorrer, relativos a contribuições parceladas mediante acordo.

§ 2º Os valores devidos ao ORINDIPREV, de que trata o parágrafo anterior, deverão ser repassados em moeda corrente, de forma integral para cada competência, independentemente de disponibilidade financeira do RPPS, sendo vedada a compensação com passivos previdenciários ou reembolso de valores destinados à cobertura de insuficiências financeiras relativas a competências anteriores.

§ 3º Os valores repassados ao ORINDIPREV em atraso deverão sofrer acréscimo, conforme estabelecido em Lei Municipal, aplicando-se, em caso de omissão, os critérios estabelecidos para o RGPS.

CAPÍTULO II

DO FINANCIAMENTO

Art. 45. Os recursos financeiros necessários ao financiamento do plano de benefícios previstos nesta Lei serão garantidos pelo pagamento das contribuições devidas pelos entes patronais, pelos servidores ativos, inativos e pensionistas e por outras fontes de custeio definidas nesta Lei.

Art. 46. Os percentuais de contribuição serão fixados mediante estudo atuarial que deverá considerar



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuvva.sp.gov.br

as características das respectivas massas, quanto à idade, sexo, família, remuneração, expectativa de vida e demais componentes necessários.

Art. 47. O estudo atuarial deverá ser realizado anualmente por profissional regularmente inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Art. 48. As reavaliações subseqüentes serão encaminhadas ao Ministério de Previdência Social – MPS para conhecimento e acompanhamento nos prazos estabelecidos pela legislação previdenciária em vigor.

Art. 49. A Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações e deverão acatar as orientações contidas no estudo atuarial anual, devendo tomar, juntamente com os órgãos de gestão do ORINDIPREV, todas as medidas necessárias para a implantação imediata das recomendações nele contidas.

Art. 50. Fica vedada a alteração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS de que trata esta Lei, mediante:

- I – a criação ou assunção de benefícios sem o anterior ajuste do plano de custeio e a prévia integralização de reservas para benefícios concedidos;
- II – a alteração do regime de pagamento de recursos garantidores por amortizar e das contribuições ordinárias financeiramente exigíveis para o custeio dos planos de benefícios;
- III – a desafetação, total ou parcial, dos recursos garantidores, integralizados ou por amortizar.

CAPÍTULO III

DAS FONTES DE RECEITA

Art. 51. São fontes de receita do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Orindiúva:

I – as contribuições previdenciárias a serem pagas pelos:

- a) entes patronais, assim entendidos a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e Câmara Municipal do Município;
- b) servidores ativos, inativos e pensionistas;

II – doações, subvenções e legados;

III – receitas decorrentes de aplicações financeiras e receitas patrimoniais;

IV – valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal;

V – dotações previstas no orçamento municipal;

VI – demais bens e recursos financeiros que eventualmente lhe forem destinados e incorporados;



§ 1º Constituem fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio- reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

Seção I

Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Entes Patronais

Art. 52. A alíquota de contribuição previdenciária devida pelos entes patronais para o custeio do RPPS corresponderá a 13,85% sobre o valor da remuneração de contribuição paga aos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Parágrafo único. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, para suprir custo normal, custo especial (suplementar) do FMSS – Fundo Municipal de Seguridade Social, conforme tabela abaixo:

CUSTO NORMAL					
Ano	Ativos	Inativos	Pensionistas	Ente	Custo Especial
2012	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	7,85%
2013	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	8,85%
2014	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	12,00%
2015	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	15,00%
2016	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	18,00%
2017	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	21,00%
2018	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	24,00%
2019	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	27,00%
2020	11,00%	11,00%	11,00%	13,85%	41,42%

Art. 53. O déficit do custo especial será pago em 420 meses da seguinte forma:

Ano	Alíquota	Ano	Alíquota
2012	7,85%	2017	18,00%
2013	8,85%	2018	21,00%



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

2014	12,00%	2019	24,00%
2015	15,00%	2020	27,00%
2016	17,00%		

Parágrafo único – Do período do ano de 2021 ao ano de 2044 a alíquota praticada será de 41,42% ao mês.

Art. 54. Fica autorizado o Poder Executivo a emitir Decreto, sempre que for realizada a avaliação atuarial anual e houver necessidade de alterar as alíquotas do Ente e Custo Suplementar.

Seção II

Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Servidores Ativos

Art. 55. A alíquota de contribuição previdenciária devida pelos segurados ativos para o custeio do RPPS corresponderá a 11% (onze por cento) incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição.

Seção III - Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Servidores Inativos e pelos Pensionistas

Art. 56. A alíquota de contribuição previdenciária devida pelos servidores inativos e pelos pensionistas corresponderá a 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e das pensões concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social. – RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Parágrafo único. A contribuição prevista no caput deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadorias e de pensão que superem o dobro do limite máximo nele previsto, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante, cujos critérios de comprovação serão definidos em regulamento.

Seção III

Da Responsabilidade pela Arrecadação das Contribuições Devidas ao RPPS

Art. 57. O repasse dos valores das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei deverá ocorrer, mensalmente, observado as seguintes condições:



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

I – as contribuições devidas pelos segurados ativos deverão ser creditadas ao ORINDIPREV até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente.

II – as contribuições devidas pelos entes patronais deverão ser creditadas ao ORINDIPREV até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente.

Seção IV

Dos Limites de Contribuição

Art. 58. A alíquota de contribuição dos segurados ativos não poderá ser inferior à dos servidores titulares de cargo efetivo da União, atualmente fixada em 11% (onze por cento).

Art. 59. A contribuição dos entes patronais não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo nem superior ao dobro desta, observado o cálculo atuarial anual.

Parágrafo único. A Administração Pública Direta do Município de Orindiúva será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Seção V

Da Remuneração de Contribuição

Art. 60. Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei, dos adicionais de caráter individual e outras vantagens, excluídas:

I – as diárias para viagens;

II – a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III – a indenização de transporte;

IV – o salário-família;

V – o auxílio-alimentação;

VI – o auxílio-creche;

VII – as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VIII – a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;

IX – o abono de permanência de que trata esta Lei;

X – outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em Lei.

Parágrafo único. Para efeitos da remuneração de contribuição, a inclusão das parcelas pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, ou de outras parcelas temporárias de remuneração, poderá ser feita mediante opção expressa do servidor, inclusive quando



pagas por ente cessionário, observando-se o § 2º do artigo 40 da Constituição Federal.

Seção VI

Da Contribuição dos Servidores Cedidos, Afastados e Licenciados

Art. 61. Nas hipóteses de cessão de servidores públicos municipais vinculados ao RPPS para outro ente federativo, em que o pagamento da remuneração seja ônus do órgão ou da entidade cessionária, será de sua responsabilidade:

- I – o desconto da contribuição devida pelo servidor;
- II – a contribuição devida pelo ente de origem.

§ 1º Caberá ao cessionário efetuar o repasse das contribuições do ente federativo e do servidor ao ORINDIPREV.

§ 2º Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições à unidade gestora no prazo legal, caberá ao ente federativo cedente efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

§ 3º O termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o cessionário, deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS de origem, conforme valores informados mensalmente pelo cedente.

Art. 62. Nas hipóteses de cessão de servidores públicos municipais vinculados ao RPPS para outro ente federativo, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do cedente, o desconto e o repasse das contribuições ao ORINDIPREV.

Art. 63. Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidores públicos municipais vinculados ao RPPS, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo efetivo de que o servidor é titular.

Parágrafo único. Não incidirão contribuições para o RPPS do ente cedente ou do ente cessionário, nem para o RGPS, sobre as parcelas remuneratórias complementares, não componentes da remuneração do cargo efetivo pagas pelo ente cessionário ao servidor cedido, exceto na hipótese em que houver a opção pela contribuição facultativa ao RPPS do ente cedente, na forma prevista em sua legislação.

Art. 64. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições, conforme dispuser a Lei.

§ 1º A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo na concessão de aposentadoria.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

§ 2º Na omissão da Lei quanto ao ônus pela contribuição do ente federativo, o repasse à unidade gestora do RPPS do valor correspondente continuará sob a responsabilidade do ente.

Art. 65. As disposições desta Seção aplicam-se aos afastamentos dos servidores para o exercício de mandato eletivo em outro ente federativo.

CAPÍTULO IV

DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 66. O ORINDIPREV, enquanto Fundo Municipal de Seguridade Social, não contará com taxa de administração, sendo que suas despesas administrativas ficarão a cargo da Administração Pública Direta do Município.

Parágrafo único. Entre outras afins, classificam-se como despesas administrativas aquelas relativas ao material de expediente, energia elétrica, água e esgoto, comunicações, vigilância, locações, seguros, obrigações tributárias, manutenção, limpeza e conservação dos bens móveis e imóveis, consultoria, assessoria técnica, honorários, diárias e passagens de dirigentes e servidores a serviço do Fundo, cursos e treinamentos.

CAPÍTULO V

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Art. 67. Os recursos previdenciários vinculados ao RPPS de que trata esta Lei, serão aplicados nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, e em conformidade com as normas fixadas por Resolução do Conselho Monetário Nacional.

TÍTULO V

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I

DOS BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuvva.sp.gov.br

Art. 68. São benefícios do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de ORINDIÚVA:

I – quanto ao servidor:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;

II – quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;

Seção I - Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 69. A aposentadoria por invalidez permanente será devida ao segurado que, estando ou não em fruição de auxílio doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício das atribuições inerentes ao cargo para o qual foi provido, ensejando o pagamento de proventos a este título enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º A aposentadoria por invalidez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º A concessão de aposentadoria por invalidez permanente ficará condicionada a verificação da incapacidade mediante a realização de perícia médica a cargo do ORINDIPREV, podendo o segurado, a suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 3º Na hipótese de doença que imponha afastamento compulsório ao segurado, atestada em laudo conclusivo de medicina especializada, a concessão da aposentadoria por invalidez permanente ficará condicionada sua ratificação por perícia médica a cargo do ORINDIPREV.

§ 4º O segurado fará jus ao pagamento do benefício previsto no *caput* a partir da data da publicação do ato de sua concessão.

Art. 70. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RPPS não lhe conferirá direito a aposentadoria por invalidez permanente, salvo quando a doença ou lesão de que já era portador, lhe conferisse condições para admissão no serviço público, e, posteriormente, em razão de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão, ocorresse a incapacidade definitiva.



Parágrafo único. A progressão ou agravamento da doença a que se refere o *caput* deste artigo deverá obrigatoriamente decorrer do exercício das atividades funcionais a que se encontra submetido o segurado, a ser atestada por perícia médica a cargo do ORINDIPREV.

Art. 71. A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

§ 1º Considera-se doença grave, contagiosa ou incurável a tuberculose ativa, a hanseníase, a alienação mental, a neoplasia maligna, a cegueira, a paralisia irreversível e incapacitante, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a espondiloartrose anquilosante, a nefropatia grave, o estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), a síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS, a contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, a hepatopatia, bem como outras doenças especificadas na legislação do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

§ 2º Considera-se acidente em serviço, aquele ocorrido no exercício do cargo, ou que se relacione, direta ou indiretamente com as atribuições deste, que provoque lesão corporal, perturbação funcional, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade laborativa.

Art. 72. Para os efeitos desta Lei, equiparam-se ao acidente em serviço:

I – aquele ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, tenha contribuído diretamente para a redução ou perda da capacidade laborativa ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II – aquele sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a)** ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
- b)** ofensa física intencional, inclusive de terceiros, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
- c)** ato de imprudência, negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
- d)** ato de pessoa privada do uso da razão;
- e)** desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III – a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;

IV – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a)** na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b)** na prestação espontânea de qualquer serviço ao município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c)** em viagem de trabalho ou no interesse do trabalho, inclusive para estudo, quando financiada ou autorizada pelo Município dentro de seus planos para capacitação de mão-de-obra, ou para atendimento de interesse público, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
- d)** no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Art. 73. Os períodos destinados à refeição e descanso ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local de trabalho ou durante este, o segurado será considerado no exercício de seu cargo.

Art. 74. A aposentadoria por invalidez permanente poderá ser revertida por requerimento do segurado ou “ex-ofício” quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Parágrafo único. Em ambas as hipóteses previstas no *caput*, somente ocorrerá a reversão quando o servidor reunir condições de readaptar-se ao exercício de suas atividades laborais ou de atividade mais compatível com sua capacidade física ou intelectual, em conformidade com a perícia médica a cargo do ORINDIPREV.

Art. 75. O aposentado por invalidez permanente que retornar à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cessada, a partir da data da publicação do ato concessório da reversão.

Art. 76. O segurado que retornar à atividade poderá requerer, a qualquer tempo, novo benefício, em conformidade com esta Lei.

Art. 77. É condição para a manutenção da aposentadoria por invalidez, que o beneficiário submeta-se a nova reavaliação pericial a cada 12 (doze) meses, sendo-lhe facultado fazer-se acompanhar de médico de sua confiança, desde que às suas expensas.

Parágrafo único. Na ocasião da reavaliação pericial, o segurado deverá apresentar declaração de que não se encontra exercendo nenhuma atividade laboral.

Art. 78. Os procedimentos necessários à instauração do processo administrativo de concessão de aposentadoria por invalidez permanente serão determinados em regulamento específico.

Seção II

Da Aposentadoria Compulsória

Art. 79. O segurado será aposentado aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Art. 80. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, retroagindo seus efeitos ao dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço público, inclusive quanto à aquisição de vantagens e direitos, devendo ser declarada, imediatamente, a



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

vacância do cargo e ensejando pagamento de proventos a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Seção III

Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 81. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade com proventos integrais, calculados na forma desta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;
- II – tempo mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- III – 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher.

Seção IV

Da Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 82. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista nesta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;
- II – tempo mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- III – 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

Seção V

Da Aposentadoria Especial do Professor

Art. 83. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no artigo 81 desta Lei, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. São consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Seção VI

Da Pensão por Morte

Art. 84. A pensão por morte consistirá numa renda mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, quando do seu falecimento, correspondente à:

- I** – totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o valor de limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite;
- II** – totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o valor limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nas seguintes hipóteses:

- I** – sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente;
- II** – desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou será cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 3º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

Art. 85. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

- I** – do dia do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste;
- II** – do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
- III** – da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência;
- IV** – da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 86. A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte, o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 2º Qualquer inscrição ou habilitação posterior que implique inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação quando estas forem deferidas.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

§ 3º Observado o disposto no *caput* deste artigo, a quota daquele cujo direito à pensão cessar reverterá proporcionalmente em favor dos demais.

Art. 87. O beneficiário da pensão provisória de que trata o § 2º do artigo 84 desta Lei deverá, anualmente, declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar, imediatamente ao ORINDIPREV, o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente.

Art. 88. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observados os prazos prescricionais previstos nesta Lei.

Art. 89. Garantido o direito de opção pela mais vantajosa, é vedada a percepção cumulativa de mais de uma pensão vitalícia, exceto nos casos de cumulatividade de cargos permitidos pela Constituição Federal.

Art. 90. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

§1º A invalidez de dependente menor de 21 (vinte e um) anos de idade, superveniente à morte do segurado, deverá ser verificada em exame médico-pericial a cargo da ORINDIPREV, não se extinguindo o direito ao recebimento de pensão por morte enquanto perdurar a invalidez.

§2º Extingue-se o direito de recebimento de pensão por morte:

I – quando o beneficiário completar 21 (vinte e um) anos ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

II – pela cessação da invalidez;

a) sempre que se extinguir o benefício de um dependente será processado novo rateio entre os dependentes remanescentes, devendo o benefício ser cancelado na hipótese de inexistência de dependentes remanescentes.

III – pela morte do dependente.

Seção VII

Do Abono Natalino

Art. 91. Será devido abono natalino ao beneficiário que durante o ano receber aposentadoria, pensão por morte, até o dia 20 do mês de dezembro do exercício de competência, consistindo num abono equivalente ao total dos proventos ou pensões relativos ao mês de dezembro, sendo pago nos termos da legislação vigente.

Art. 92. Será observada a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) do abono para cada mês de benefício efetivamente recebido, considerando-se como mês completo o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.



CAPÍTULO II

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

Art. 93. Ao servidor que tenha ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, até 16 de dezembro de 1998, é facultado aposentar-se com proventos calculados de acordo com o artigo 99 desta Lei quando o servidor, cumulativamente:

- I** – tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;
- II** – tiver 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;
- III** – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

- a)** 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher;
- b)** um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data prevista no *caput*, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea “a”.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos no inciso III do artigo 81, na seguinte proporção:

- I** – 3,5% (três e meio por cento) para aquele que tiver completado as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005, independentemente de a concessão do benefício ocorrer em data posterior àquela;
- II** – 5% (cinco por cento) para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O número de anos antecipados para cálculo da redução de que trata o § 1º será verificado no momento da concessão do benefício.

§ 3º Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º serão aplicados sobre o valor do benefício inicial calculado pela média das contribuições, em conformidade com o artigo 99 desta Lei, verificando-se previamente a observância ao limite da remuneração do servidor no cargo efetivo.

§ 4º O segurado professor, de qualquer nível de ensino, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20 % (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 5º As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no artigo 97 desta Lei.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Art. 94. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no artigo 81 ou pelas regras estabelecidas pelo 93 desta Lei, o segurado do RPPS que tiver ingressado no serviço público na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no artigo 93, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I – 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II – 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
- IV – 10 (dez) anos de carreira e 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 95. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nos artigos 81 e 83, ou pelas regras estabelecidas nos artigos 93 e 94 desta Lei, o servidor que tiver ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

- I – 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;
- II – 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, 15 (quinze) anos de carreira e 05 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria;
- III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade estabelecidos no artigo 81, inciso III desta Lei, de 01 (um) ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo.

§ 1º Na aplicação dos limites de idade previsto no inciso III do *caput*, não se aplica a redução prevista no artigo 83 relativa ao professor.

§ 2º Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no artigo 96 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 96. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

§ 1º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente, conforme opção do segurado.

§ 2º No cálculo do benefício concedido de acordo com a legislação em vigor à época da aquisição do direito, será utilizada a remuneração do servidor no cargo efetivo no momento da concessão da aposentadoria.

§ 3º Na hipótese de utilização de direito adquirido à aposentadoria com proventos proporcionais, considerar-se-á o tempo de contribuição cumprido até 31 de dezembro de 2003, observando-se que o cômputo de tempo de contribuição posterior a essa data, somente será admitido para fins de cumprimento dos requisitos exigidos para outra regra vigente de aposentadoria, com proventos integrais ou proporcionais.

Art. 97. Observado o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS e as pensões de seus dependentes, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo 96 desta Lei serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

CAPÍTULO III

DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 98. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos artigos 82 e 93 desta Lei e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória previstas nesta Lei.

§ 1º O abono previsto no caput será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até 31 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no artigo 96 desta Lei, desde que conte com, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, ou 30 (trinta) anos, se homem.

§ 2º O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, em qualquer das



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

hipóteses previstas nos artigos 81, 93 e 96 desta Lei, conforme previsto no caput e § 1º, não constitui impedimento à concessão de benefício de acordo com outra regra vigente, inclusive as previstas nos artigos 94 e 95 desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses, garantida ao servidor a opção pela mais vantajosa.

§ 3º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 4º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* e § 1º, mediante opção expressa do servidor pela permanência em atividade.

§ 5º Cessará o direito ao pagamento do abono de permanência quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo.

CAPÍTULO IV

DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 99. No cálculo dos proventos das aposentadorias previstas nos artigos 69, 79, 81, 82, 83 e 93 desta Lei, concedidas a partir de 20 de fevereiro de 2004, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS, conforme portaria editada mensalmente pelo MPS.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição do servidor vinculado a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, de acordo com as



normas emanadas pelo MPS.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da média da aposentadoria, depois de atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

- I – inferiores ao valor do salário mínimo;
- II – superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 6º As maiores remunerações de que trata o caput serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§ 7º Na determinação do número de competências correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo de que trata o *caput*, desprezar-se-á a parte decimal.

§ 8º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por não vinculação a regime previdenciário, decorrente de ausência de prestação de serviço ou de contribuição, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 9º O valor inicial dos proventos, calculado de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderá exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, sendo vedada a inclusão de parcelas temporárias conforme previsto no artigo 101 desta Lei.

§ 10º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes do respectivo cargo estabelecidas em Lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§ 11º Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do artigo 85 não se aplicando a redução no tempo de idade e contribuição de que trata o artigo 87 desta Lei, relativa à aposentadoria especial do professor.

§ 12º A fração de que trata o § 11 será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme o *caput* deste artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 9º.

§ 13º Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Art. 100. Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os artigos 69, 79, 81, 82, 83 e 93 desta Lei serão reajustados, para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, nas mesmas datas e índices utilizados para fins de reajustes dos benefícios do RGPS, aplicado de forma proporcional entre a data da concessão e a do primeiro reajustamento.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE BENEFÍCIOS

Art. 101. É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, de outras parcelas temporárias de remuneração ou do abono de permanência de que trata o artigo 98 desta Lei.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme o artigo 100 desta Lei, respeitado, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

Art. 102. A vedação prevista no § 10 do artigo 37, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o artigo 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Parágrafo único. Aos segurados de que trata este artigo é resguardado o direito de opção pela aposentadoria mais vantajosa.

Art. 103. Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 104. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS.

Art. 105. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 106. Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 107. O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, a cada 12 (doze) meses, a perícia médica a cargo do ORINDIPREV.

Art. 108. Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

- I – ausência, na forma da lei civil;
- II – moléstia contagiosa;
- III – impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda 06 (seis) meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da Lei.

Art. 109. Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I – as contribuições previstas nos artigos 54 e 65 desta Lei;
- II – o valor devido pelo beneficiário ao Município;
- III – o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
- IV – o imposto de renda retido na fonte;
- V – a pensão de alimentos prevista em decisão judicial;
- VI – as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 110. Salvo em caso de rateio entre os dependentes do segurado e na hipótese prevista no artigo 91, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior ao do salário mínimo.

Art. 111. A concessão de benefícios previdenciários pelo RPPS independe de carência, ressalvada a observância de cumprimento dos prazos mínimos previstos nesta Lei para a concessão de aposentadoria.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no *caput*, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo do qual o servidor seja titular na data imediatamente anterior à concessão do benefício.

Art. 112. Concedida à aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado, pela Unidade Gestora, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para homologação.

Parágrafo único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas administrativas e jurídicas pertinentes.

Art. 113. É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município.



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Art. 114. A escrituração contábil do ORINDIPREV será distinta da mantida pela Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional do Município e obedecerá às normas e princípios contábeis previstos na Lei 4.320, de 17 de Março de 1964, e alterações posteriores, bem como ao disposto em regulamentação do Ministério da Previdência Social.

Parágrafo único. Considera-se distinta a escrituração contábil que permita a diferenciação entre o patrimônio do ORINDIPREV e o patrimônio da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional do Município, possibilitando a elaboração de demonstrações contábeis específicas.

Art. 115. O ORINDIPREV manterá registros contábeis próprios e criará o seu plano de contas com as seguintes finalidades:

- I – comprovar e tornar transparente, a cada exercício, sua situação econômica e financeira;
- II – evidenciar suas despesas e receitas previdenciárias, patrimoniais e financeiras;
- III – demonstrar a situação de seus ativos e de seu passivo.

Art. 116. Para os efeitos do artigo anterior, deverão ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade, aplicando-se, no que couber, a legislação pertinente:

- I – a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e que modifiquem ou que possam vir a modificar seu patrimônio;
- II – a escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional do Município;
- III – o exercício contábil tem a duração de um ano civil, com término no último dia útil de cada ano.

Art. 117. Caberá, ainda, ao ORINDIPREV:

- I – adotar registros contábeis auxiliares para avaliações dos investimentos, evolução das reservas, demonstração dos resultados do exercício e apuração de depreciações;
- II – complementar suas demonstrações financeiras por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;
- III – os investimentos em imobilizações para o uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil.

Art. 118. O ORINDIPREV deverá implementar o registro individualizado das contribuições dos servidores da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional do Município.

Art. 119. O registro a que se refere o artigo anterior deverá conter os seguintes dados relativos ao servidor:

- I – nome;
- II – matrícula;
- III – remuneração;
- IV – valores mensais e acumulados no período, da contribuição previdenciária;



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

V – valores mensais e acumulados do recolhimento previdenciário do respectivo ente estatal referente ao servidor.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado mediante extrato anual de prestação de contas, relativo ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro individualizado serão consolidados para fins contábeis.

Art. 120. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 121. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 722, de 10 de abril de 1997.

Orindiúva, 18 de dezembro de 2012.

Darlei Queiroz de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em data supra, afixada no Quadro de Editais em seguida e publicada no Jornal A Imprensa.

Simone Nunes da Silva Marin
Chefe de Gabinete “Ad hoc”